



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Massa News

Data: 15/08/2018

Caderno/Link: <http://massanews.com/noticias/brasil/fraude-em-licenciamento-esquenta-ipe-ilegal-na-amazonia-alerta-estudo-3ZPvG.html>

Assunto: Fraude em licenciamento 'esquenta' ipê ilegal na Amazônia, alerta estudo

Fraude em licenciamento 'esquenta' ipê ilegal na Amazônia, alerta estudo

Estadão Conteúdo | Publicado em 15 de agosto de 2018 | 16h55



Na Amazônia paraense, vendem-se jaranas, tanimbucas e timboranas por ipê. E ipês de terras indígenas e unidades de conservação como se fossem provenientes de área privada. Ou como se fossem árvores maiores e mais largas do que de fato são.

As artimanhas, adotadas em processos de licenciamento de exploração de madeira no Pará, servem para "esquentar" troncos retirados de modo ilegal e estão ameaçando a árvore que hoje é a mais valiosa explorada na Amazônia. As fraudes potenciais foram reveladas em estudo publicado por um grupo de pesquisadores da Esalq/USP, da UFSCar e da Universidade Estadual do Oregon nesta quarta-feira, 15, na revista Science Advances.

Os pesquisadores cruzaram os volumes de madeira apresentados em 427 planos de manejo apresentados entre 2012 e 2017 no Estado com os volumes estimados de madeira presentes no inventário nacional de florestas (o Radam).

Os dados são da década de 70, mas são o único levantamento do tipo já feito no Brasil, in loco, com a ajuda de expedições em terra e sobrevoos. Esse trabalho foi usado como base porque, naquela época, a floresta era mais preservada que hoje. Então, se um plano de manejo indica que há numa determinada área mais madeira do que foi registrado pelo Radam, algo pode estar errado.



De acordo com o levantamento, em média, o registro dos planos de manejo para ipê, por exemplo, tem 2,5 vezes mais madeira do que nos registros do Radam. "Inflam a quantidade real que eles têm de madeira para assim esquentar um corte de madeira que, na verdade, é ilegal (extraída de outros lugares que não tem nada a ver com o plano de manejo, como terras indígenas, por exemplo)", comenta o pesquisador Pedro Brancalion, principal autor do trabalho.

Depois da análise de laboratório, os pesquisadores acompanharam um investigação de campo do Ibama em seis locais que tinham recebido permissão da Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Semas) para exploração, mas em cujo plano de manejo havia discrepâncias, para checar se elas eram reais.

As seis permissões cobriam uma área de quase 672 mil hectares no oeste do Pará. De acordo com os planos de manejo, a concentração de ipês ali era de mais de 4 metros cúbicos por hectare, quando o Radam indicava uma presença de 0,7 m³/ha.

Na checagem de campo, viu-se que apenas 61% das 152 árvores que haviam sido identificadas nos planos de manejo como ipês (*Handroanthus spp*) de fato eram da espécie. "Erros" de identificação botânica chegaram a ser de 93,3% em um dos locais - 13 outras espécies comerciais apareciam identificadas como se fossem ipês.

